



Universidade Federal da Bahia - UFBA
Instituto de Ciência da Informação - ICI



GESTÃO DE ACERVOS LEGISLATIVOS NOS MUNICÍPIOS DO INTERIOR DA BAHIA

DÉCIO DE SANTANA FILHO
Graduado em Arquivologia pelo ICI-UFBA

AURORA LEONOR FREIXO
Mestre em Ciência da Informação pelo ICI-UFBA

Vitória/ES - 2010

INTRODUÇÃO

As instituições do poder público, em suas esferas municipal, estadual e federal, são grandes produtoras e acumuladoras de documentos.

Em muitos municípios brasileiros não existe a instituição arquivística pública.

As instituições arquivísticas municipais, em geral, são constituídas pelo Poder Executivo.



INTRODUÇÃO



As câmaras municipais são um espaço central de decisões políticas que devem atender às demandas da sociedade nas quais estão inseridas.

As atas, projetos de lei, decretos, leis, resoluções e moções são alguns dos documentos produzidos e acumulados pela atividade legislativa.

INTRODUÇÃO

O acesso aos conteúdos informacionais dos documentos de arquivo não depende somente da existência e do atendimento aos dispositivos



legais vigentes, mas faz parte da construção da cidadania e da preservação da memória, no seu núcleo mais próximo, o município.

INTRODUÇÃO



A garantia de acesso a esses documentos deve ser uma preocupação permanente dos administradores e legisladores municipais, de modo a possibilitar a construção da memória individual e coletiva do município, a partir dos documentos públicos.



PROBLEMA

Quais as condições de acesso público aos conteúdos informacionais de documentos produzidos pelas câmaras municipais do Interior do Estado da Bahia em decorrência das suas atividades legislativas?

OBJETIVOS

- ♦ Investigar as condições de acesso público aos conteúdos informacionais de documentos produzidos por câmaras municipais do Interior da Bahia, em decorrência das suas atividades legislativas;
- ♦ Comparar dados obtidos em municípios localizados próximos à Capital, com aqueles distantes cerca de 250 km de Salvador;
- ♦ Identificar a existência de recursos tecnológicos utilizados para facilitar o acesso.

METODOLOGIA

Método de abordagem:

Dialético: pois considerou as relações dos contextos e dos acontecimentos interferindo sobre o objeto pesquisado.

Pesquisa de campo:

Realizada entre setembro e outubro de 2009.



METODOLOGIA

Universo pesquisado

Câmaras Legislativas nos municípios:



- ♦Ribeira do Pombal, Ribeira do Amparo, Cícero Dantas, Cípo (*distantes entre 250 e 300 km de Salvador*);
- ♦Camaçari, Lauro de Freitas, Simões Filho, Mata de São João (*distantes entre 30 e 60 km da Capital*).

Quadro 1: Características das unidades de arquivo

CÂMARA MUNICIPAL	ANO DE CRIAÇÃO	POSSUI DOCUMENTOS DESDE	POSSUI UMA UNIDADE DE ARQUIVO	CONDIÇÕES DE ARMAZENAMENTO	POSSUI INSTRUMENTOS DE PESQUISA
Ribeira do Pombal	1936	1881	Sim	Boa	Não
Cícero Dantas	1947	1939	Sim	Boa	Sim
Ribeira do Amparo	2000	1960	Sim	Regular	Sim
Lauro de Freitas	1963	1963	Sim	Boa	Sim
Camaçari	1948	1948	Sim	Boa	Sim
Simões Filho	1962	1963	Sim	Regular	Sim
Mata de São João	Não sabe	1972	Não	Ruim	Não

Quadro 2: Destinação dos documentos

CÂMARA MUNICIPAL	ELIMINAÇÃO PERIÓDICA	PERDA ACIDENTAL	RECOLHIMENTO
Ribeira do Pombal	Não	Não	Não
Cícero Dantas	Não	Não	Não
Ribeira do Amparo	Não	Não	Não
Lauro de Freitas	Não	Sim	Não
Camaçari	Não	Não	Não
Simões Filho	Não sabe	Não sabe	Sim
Mata de São João	Não	Sim	Sim

Fonte: pesquisa do autor

Quadro 3: Perfil dos responsáveis pelos serviços de arquivo

CÂMARA MUNICIPAL	FORMAÇÃO DO RESPONSÁVEL PELO ARQUIVO	CARGO OU FUNÇÃO
Ribeira do Pombal	2º grau	Taquigrafo
Cícero Dantas	2º grau	Presidente da Câmara
Ribeira do Amparo	Superior - Pedagogia	Arquivista
Lauro de Freitas	Superior - Direito	Gerente de Controle de Processos Legislativos
Camaçari	2º grau	Coordenador
Simões Filho	2º grau	Auxiliar técnico
Mata de São João	-	-

Fonte: pesquisa do autor

CONCLUSÕES

A amostra utilizada nesta pesquisa não é significativa se quisermos inferir destes resultados o cenário dos arquivos legislativos dos demais municípios da Bahia.

Mas permite concluir que o interesse do administrador é um dos principais fatores para a estruturação dos serviços de arquivo, não dependendo unicamente da existência de leis ou de profissionais capacitados.

CONCLUSÕES



Os recursos tecnológicos disponíveis são utilizados de forma precária, servindo para elaborar documentos em processadores de texto convencionais ou listas de pastas ou caixas em planilhas eletrônicas.

Essa precariedade é observada mesmo nos municípios mais próximos a Capital.



CONCLUSÕES

A distância da Capital, a maior ou menor disponibilidade de recursos humanos, financeiros e tecnológicos são fatores que parecem não influir nas decisões relativas ao gerenciamento dos acervos legislativos nos municípios pesquisados.

CONCLUSÕES



O acesso físico, ou seja, o acesso legal é garantido em todas as câmaras municipais analisadas.

Contudo, o acesso intelectual ainda encontra-se comprometido na maior parte das instituições em virtude da desorganização estrutural que se observa.



CONCLUSÕES

Esta realidade implica, para o poder público municipal, o estabelecimento de políticas locais de gestão de documentos, objetivando assegurar condições apropriadas de armazenamento, de preservação e de acesso aos conteúdos informacionais dos acervos produzidos e acumulados, decorrentes de suas atividades.

REFERÊNCIAS

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos permanentes**: tratamento documental. – reimpressão. – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

BORGES, Maria Alice Guimarães. A compreensão da sociedade da informação. **Ciência da Informação**, v. 29, n. 3, p. 25-32, set./dez. 2000. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/index.php/ciinf/article/view/214/189>>. Acesso em: 18. nov.2009.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS. **Mesa Redonda Nacional de Arquivos**. Disponível em: <http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/Media/publicacoes/mesa/documento_final_portugus.pdf>. Acesso em: 10 nov.2009.

FONSECA, Maria Odila. **Direito à informação**: acesso aos arquivos públicos municipais. Disponível em: <<http://www.buscalegis.ufsc.br/revistas/index.php/buscalegis/article/viewArticle/16101>>. Acesso em: 27 nov.2009.

JARDIM, José Maria. **O acesso à informação arquivística no Brasil**: problemas de acessibilidade e disseminação. Disponível em <http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/Media/publicacoes/mesa/o_acesso__informao_arquivstica_no_brasil.pdf> Acesso em: 28 ago.2009.

ROUSSEAU, Jean-Yves. COUTURE, Carol. **Os fundamentos da disciplina arquivística**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1998.

SOUSA, Renato Tarciso Barbosa de Sousa. Os arquivos montados nos setores de trabalho e as massas documentais acumuladas na administração pública brasileira: uma tentativa de explicação. **Revista de Biblioteconomia de Brasília**, Brasília, v.21, n.1, jan-jun/1997, p.31-50.

OBRIGADO!

Decio Filho <deciohc@hotmail.com>